

## EPR 2 Participações S.A.

CNPJ/ME nº 48.803.906/0001-70 - NIRE nº 3530060530-6

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2024**

**I. Data, Horário e Local:** 23/05/2024, às 10:00h, no endereço da sede social da **EPR 2 Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404 de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença de acionistas titulares de 100% das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: José Carlos Cassaniga e Secretário: Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a complementação do objeto social da Companhia e a consequente adequação do artigo 3º de seu estatuto social; e (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia, de forma a refletir as adequações aprovadas. **V. Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** Modificar o objeto social da Companhia, para incluir "prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços". Em razão desta deliberação, alterar a redação do caput do artigo 3º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: (i) Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e (ii) Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços."** **(ii)** a consolidação do estatuto social da Companhia na forma do Anexo I a esta ata, de forma a refletir a adequação aprovada acima. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral, da qual lavrou-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no Artigo 130, §1º da Lei das S.A. que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **VI. Assinaturas:** Presidente, Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário, Sr. Enio Stein Júnior. Acionistas - Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (Por Leandro Antônio Grisi e Rholf Alvarenga Badine) e Voyager Participações S.A. (Por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas). São Paulo, 23/05/2024. **Mesa: José Carlos Cassaniga, Presidente; Enio Stein Júnior, Secretário. Acionistas presentes: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.,** Por: Leandro Antônio Grisi e Rholf Alvarenga Badine; **Voyager Participações S.A.,** Por: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas. JUCESP nº 222.599/24-8 em 14/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR 2 Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social: **(i)** Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e **(ii)** Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 70.585.137,00, representado por 289.435.018 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§2º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§3º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§4º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§5º -** A alienação e a oeração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oeração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§6º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **§7º -** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º -** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§1º -** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§2º -** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§3º -** As Assembleias Gerais somente se instalarão, em 1ª convocação, com a presença de acionistas representando mais do que 75% do capital social votante; e, em 2ª convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **§4º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, §1º da Lei das S.A. **§5º -** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **§6º -** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a lida de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§7º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 -** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) Alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar as atribuições mínimas do Diretor Financeiro previstas no Artigo 17, §4º; (d) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (e) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) fixação do montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado, caso exceda o montante global previsto no plano de negócios aprovado; (iii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia ou de subsidiárias; (iv) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (v) transformação do tipo societário; (vi) fusão incorporação ou cisão envolvendo a Companhia ou subsidiárias, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vii) registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de subsidiária; (viii) dissolução e liquidação da Companhia ou de subsidiária; (ix) nomeação e destituição de liquidante da Companhia ou de subsidiária; (x) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia ou subsidiária; (xi) participação em grupo de sociedades, pela Companhia ou subsidiária, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; e (xii) aprovação de qualquer das matérias de competência do Conselho de Administração listadas no Art. 16, caso a matéria venha porventura a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 11 -** Exceto se maior quórum for exigido pela Lei das S.A., as deliberações nas Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante, salvo pelas matérias previstas nos itens (i) a (xii) do Artigo 10 ("Matérias Qualificadas"), cuja aprovação dependerá do voto afirmativo de acionistas titulares de, pelos menos, 75% das ações ordinárias mais 1 ação ordinária. **Artigo 12 -** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Capítulo IV. Administração. Artigo 13 -** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§1º -** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **§2º -** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará o mandato do membro substituído. **§3º -** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A., incluindo (i) não ser impedido por lei especial, ou

condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estar inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) ter reputação ilibada; e (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e de suas subsidiárias, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não ter interesse conflitante com a Companhia, salvo, em ambos os casos, dispensa da Assembleia Geral da Companhia. **§4º -** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração de cada administrador. **§5º -** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14 -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por até 5 membros, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§1º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§2º -** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§3º -** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral conforme o disposto no Acordo de Acionistas. **§4º -** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês (ou em tal outra periodicidade acordada por todos os membros do Conselho de Administração), e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§1º -** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§4º -** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§5º -** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 Conselheiros indicados por acionistas que detiverem, pelo menos, 25% das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§6º -** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **§6º -** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 -** O exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação de investimento em novos empreendimentos ou de expansão de investimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção e do respectivo plano de negócios; (ii) alterações ao plano de negócios aprovado em assunto que implique alteração igual ou superior a 10% do montante previsto no plano de negócios aprovado; (iii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (iv) aprovar planos de remuneração referenciados em ações que não sejam de competência da Assembleia Geral; (v) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio não previstos no plano de negócios aprovado; (vi) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (vii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (viii) contratação de endividamento, (a) em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de, no máximo, 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia ou subsidiária sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado ou (b) pela Companhia, que envolva a outorga de garantias fidejussórias por parte dos acionistas ou suas afiliadas, exceto subsidiárias da Companhia; (ix) autorizar a negociação, pela Companhia ou subsidiária, de suas próprias ações, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (x) definir o voto a ser proferido por (a) representante da Companhia na Assembleias Geral ou reunião de sócio de subsidiária ou (b) membro não-independente indicado pela Companhia para o conselho de administração de subsidiária em reunião do respectivo conselho de administração, em qualquer dos dois casos quando a matéria for uma das matérias detalhadas no Artigo 10 ou neste Artigo 16; (xi) realização de investimentos de capital (*capex*) superior a 10% do montante total previsto no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado aplicável, salvo se comprovadamente necessário para o cumprimento das obrigações do respectivo contrato de concessão ou perante autoridades governamentais; (xii) outorga, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de garantia, real ou fidejussória (inclusive qualquer oeração da participação da Companhia em qualquer subsidiária), salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia ou de subsidiária, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xiii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), inclusive nova subsidiária, ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xiv) abaixo; (xiv) criação (i.e., constituição), pela Companhia ou qualquer subsidiária, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia ou subsidiária; (xv) celebrar, alterar ou resilar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas nas subsidiárias; (xvi) participação, da Companhia ou qualquer subsidiária, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xvii) alienação ou oeração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia) ou da respectiva subsidiária (no caso de alienação de ativos por uma subsidiária); (xviii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro, um veículo integralmente detido pelos acionistas da Companhia, nas proporções previstas no Acordo de Acionistas; (xix) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xx) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais; e (xxii) contratação de auditores independentes, salvo se uma das firmas de auditorias previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 até 5 diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição. **§1º -** Os Diretores terão mandato de até 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§2º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§3º -** Compete ao Diretor Presidente (i) superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia; (ii) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; (iii) implantar e garantir a execução das políticas da Companhia; (iv) a coordenar as áreas jurídicas, de auditoria interna e de comunicações; (v) coordenar promover ações de comunicação empresarial; (vi) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Financeiro, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (vii) presidir as reuniões da Diretoria; e (viii) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração. **§4º -** Compete ao Diretor Financeiro (i) superintender as atividades financeiras da Companhia e das subsidiárias, como, por exemplo, atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, gestão do fluxo de caixa, obrigações fiscais, obrigações tributárias acessórias, contratação de seguros e garantias, planejamento financeiro e acompanhamento dos *covenants* financeiros; (ii) indicar os membros da equipe financeira da Companhia e das subsidiárias; (iii) elaborar e manter a contabilidade e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Presidente, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (v) acompanhar a execução financeira dos planos de negócios e dos orçamentos anuais aprovados; (vi) gerenciar o caixa e administrar e controlar as reservas financeiras; (vii) coordenar as captações de mercado da Companhia e das subsidiárias; e (viii) acompanhar os trabalhos dos auditores externos. **§5º -** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **§6º -** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18 -** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§2º -** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§3º -** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§4º -** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **§5º -** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19 -** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de

Administração, competindo-lhe especialmente: **(i)** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **(ii)** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(iii)** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **(iv)** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **(v)** realizar os estudos de viabilidade técnica, regulatória, jurídica e econômico-financeira e avaliar os potenciais investimentos da Companhia e suas subsidiárias; **(vi)** elaborar os planos de negócios de cada subsidiária, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração; **(vii)** observar o orçamento anual aprovado; **(viii)** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; **(ix)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e **(x)** apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social. **Artigo 20 -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: **(i)** por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; **(ii)** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no § único desta Cláusula; **(iii)** por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto, constituídos conforme previsto no § único desta Cláusula; **(iv)** por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas, constituído conforme previsto no § único desta Cláusula. **§ Único -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§2º -** Os membros do Conselho Fiscal farão juízo à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§3º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22 -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 23 -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **§ Único -** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24 -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **(i)** 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e **(ii)** 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **§ Único -** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 25 -** A Companhia poderá: **(i)** levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **(ii)** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, §1º, da Lei das S.A.; e **(iii)** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26 -** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Acordo de Acionistas. Artigo 27 -** A Companhia deverá observar fielmente o Acordo de Acionistas, nos termos previstos no artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. **§ Primeiro.** O presidente da Assembleia Geral e o presidente das reuniões do Conselho de Administração não computarão o voto proferido em desacordo com o Acordo de Acionistas. **§ Segundo.** A Companhia e suas subsidiárias não registrarão em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia e às subsidiárias, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oeração de ações que viole as disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo X. Arbitragem. Artigo 28 -** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da subscumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de subscumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocopias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XI. Disposições Gerais. Artigo 29 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo, 23/05/2024. **Mesa: José Carlos Cassaniga, Presidente; Enio Stein Júnior, Secretário. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.,** Por: Leandro Antônio Grisi e Rholf Alvarenga Badine; **Voyager Participações S.A.,** Por: Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas.

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





VR Holdings S.A.

CNPJ/MF nº 11.867.297/0001-03

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Administração

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>	<b>31.322</b>	<b>56.497</b>	<b>36.250</b>	<b>61.157</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.965</b>	<b>3.434</b>	<b>4.088</b>	<b>5.216</b>
Caixa e equivalente de caixa	13.761	46.086	16.995	49.091	Fornecedores	181	438	322	644
Títulos e valores mobiliários	3.253	3.369	3.253	3.369	Empréstimos e financiamentos	844	1.141	844	1.141
Contas a receber – venda de participação	9.310	3.430	9.310	3.430	Obrigações fiscais	107	199	275	356
Impostos a recuperar	4.699	3.293	6.140	4.727	Obrigações trabalhistas	833	1.656	2.638	3.064
Outros créditos	299	319	552	540	Outras obrigações	–	–	9	11
<b>Não Circulante</b>	<b>187.342</b>	<b>201.372</b>	<b>185.160</b>	<b>199.131</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>97.152</b>	<b>130.902</b>	<b>97.774</b>	<b>131.538</b>
Contas a receber partes relacionadas	19.312	19.312	28.216	28.216	Empréstimos e financiamentos	96.826	130.443	96.826	130.443
Contas a receber – venda de participação	19.659	28.322	19.659	28.322	Contas a pagar partes relacionadas	312	312	46	46
Depósitos judiciais	–	–	902	903	Provisão para contingências	–	147	902	1.049
Títulos e valores mobiliários	5.005	19.188	5.005	19.188	Provisão perda em controladas	14	–	–	–
Investimentos	143.071	134.190	130.860	121.801	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>119.547</b>	<b>123.533</b>	<b>119.547</b>	<b>123.533</b>
Imobilizado	295	353	369	502	Capital social	165.341	165.341	165.341	165.341
Intangível	–	7	149	199	Prejuízos acumulados	(45.794)	(41.808)	(45.794)	(41.808)
					Participação dos acionistas não controladores	–	–	1	1
					Total do patrimônio líquido consolidado	<b>119.547</b>	<b>123.533</b>	<b>119.548</b>	<b>123.534</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>218.664</b>	<b>257.869</b>	<b>221.410</b>	<b>260.288</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>218.664</b>	<b>257.869</b>	<b>221.410</b>	<b>260.288</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adto. p/futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido Controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>397.563</b>	<b>13.433</b>	<b>(245.653)</b>	<b>165.343</b>	<b>1</b>	<b>165.344</b>
Redução de capital	(245.653)	(2)	245.653	(2)	–	(2)
Aumento de capital	13.431	(13.431)	–	–	–	–
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(41.808)	(41.808)	–	(41.808)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>165.341</b>	<b>–</b>	<b>(41.808)</b>	<b>123.533</b>	<b>1</b>	<b>123.534</b>
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(3.986)	(3.986)	–	(3.986)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>165.341</b>	<b>–</b>	<b>(45.794)</b>	<b>119.547</b>	<b>1</b>	<b>119.548</b>

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A VR Holdings S.A. (“VR Holdings” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de abril de 2010, sua sede está localizada na cidade de São Paulo SP e tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócio, acionista ou quotista, e administração de bens próprios e de terceiros. As sociedades controladas têm como atividades principais: a prestação de serviços de consultoria e assessoria de negócios; gestão de terceirizados; serviços administrativos em geral; serviços de consultoria, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos; serviços de administração e assessoria na área de seguros. A Companhia desenvolve seus negócios dentro de um contexto de grupo empresarial, utilizando-se da estrutura de empresas relacionadas, compartilhando os custos administrativos e os esforços de gestão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais (apresentadas como “controladora”) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e dos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou as demonstrações financeiras em 29 de maio de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

b. Base de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e das suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 compreendem as seguintes controladas:

Controladas	Participação Societária	2023	2022
VR Prestação Serviços Administrativos Ltda.	99,99%	99,99%	
VR Adm. Corretora de Seguros S/C Ltda.	99,89%	99,89%	

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

3. Principais políticas e práticas contábeis

– As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias ou que possa ser resgatado a qualquer momento sem perda do rendimento incorrido.

b. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos

12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c. Investimentos:

Os investimentos da Companhia em suas controladas e controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações individuais da Companhia, conforme CPC 18 (R2), e no caso das controladas em conjunto, também é adotado esse método nas demonstrações financeiras consolidadas. A participação societária na controlada ou controlada em conjunto é apresentada na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento		54	31	130	71
Aplicações financeiras		13.707	46.055	16.865	49.020
		<b>13.761</b>	<b>46.086</b>	<b>16.995</b>	<b>49.091</b>

5. Títulos e valores mobiliários

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Ações de companhias abertas (a)		3.253	3.369	3.253	3.369
Fundos de investimentos (b)		5.005	19.188	5.005	19.188
		<b>8.258</b>	<b>22.557</b>	<b>8.258</b>	<b>22.557</b>
Circulante		3.253	3.369	3.253	3.369
Não circulante		5.005	19.188	5.005	19.188

6. Contas a receber – venda de participação

– O contas a receber no ativo circulante no montante de R\$ 9.310 (R\$ 3.430 em 2022) e no ativo não circulante no valor de R\$ 19.659 (R\$ 28.322 em 2022), diz respeito ao saldo decorrente da venda da participação de 49% das ações da Yuny Incorporadora S.A.,

7. Investimentos

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Investimentos em controladas e controladas em conjunto		133.837	124.956	121.369	112.310
Investimentos em outras empresas		8.767	8.767	8.767	8.767
Ágio sobre investimento		467	467	467	467
Outros investimentos		–	–	257	257
		<b>143.071</b>	<b>134.190</b>	<b>130.860</b>	<b>121.801</b>

8. Empréstimos e financiamentos

– Em 31 de dezembro de 2023, a controladora e consolidado possuem o valor de R\$ 97.670 (R\$ 131.584 em 2022), referente a empréstimos captados no exterior (Lei 4131) em dólares americanos, com contrato de câmbio junto ao Banco JP Morgan S.A.

9. Patrimônio líquido – Capital social:

O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 165.341 representado por 410.995.248 ações nominativas e sem valor nominal, das quais 358.601.977 são ordinárias e 52.393.271 são preferenciais.

10. Despesas gerais e administrativas

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Despesas de serviços de terceiros		(8.680)	(11.213)	(7.488)	(10.210)
Despesas com pessoal		(3.972)	(6.121)	(12.210)	(12.584)
Despesas com ocupação		(1.005)	(939)	(1.202)	(1.141)
Outras		(1.358)	(806)	(1.614)	(1.107)
		<b>(15.015)</b>	<b>(19.079)</b>	<b>(22.514)</b>	<b>(24.952)</b>

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	–	–	6.980	6.130
Despesas gerais e administrativas	(15.015)	(19.079)	(22.514)	(24.952)
Despesas tributárias	(1.467)	(1.051)	(1.493)	(1.123)
Resultado de equivalência patrimonial	7.617	11.537	7.810	11.134
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.644)	(5.724)	(2.646)	(5.723)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(11.509)</b>	<b>(14.371)</b>	<b>(11.863)</b>	<b>(14.534)</b>
Resultado financeiro	7.523	(27.491)	7.942	(27.169)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(41.808)</b>	<b>(3.921)</b>	<b>(41.703)</b>
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(65)	(105)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(41.808)</b>	<b>(3.986)</b>	<b>(41.808)</b>

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Prejuízo do exercício	(3.986)	(41.808)	(3.986)	(41.808)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:</b>				
Resultado de equivalência patrimonial e prov. perdas em investimentos	(7.617)	(11.537)	(7.810)	(11.134)
Depreciações e amortizações	104	85	226	205
Provisões (reversão) para contingências	(147)	–	(147)	–
Desvalorização (aumento) de contas a receber na venda de investimentos	2.783	5.792	2.783	5.792
Atualização de títulos e valores mobiliários	4.736	44.166	4.736	44.166
Variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	(7.700)	(6.312)	(7.700)	(6.312)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>				
Diminuição (aumento) em impostos a recuperar	(1.406)	(857)	(1.413)	(82)
Diminuição (aumento) em depósitos judiciais	–	–	1	–
Diminuição (aumento) em outros créditos	20	(35)	(12)	(79)
Aumento (diminuição) em fornecedores	(257)	189	(322)	178
Aumento (diminuição) em outras obrigações trabalhistas	(823)	351	(426)	463
Aumento (diminuição) em outras obrigações fiscais	(92)	56	(81)	78
Aumento (diminuição) em outras obrigações	–	–	(2)	2
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(14.385)</b>	<b>(9.910)</b>	<b>(14.153)</b>	<b>(8.531)</b>
Resgates (aplicações) de títulos e valores mobiliários	9.563	11.637	9.563	11.637
Aumento de investimentos	(1.250)	–	(1.250)	–
Recebimento na venda de investimentos	–	8.986	–	8.986
Aquisição (alienação) de intangível	–	–	–	(212)
Aquisição de imobilizado de uso	(39)	(305)	(42)	(305)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>8.274</b>	<b>20.318</b>	<b>8.271</b>	<b>20.106</b>
Contas a receber de partes relacionadas	–	18.777	–	18.777
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	(26.214)	(2.427)	(26.214)	(2.427)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos:	(26.214)	16.350	(26.214)	16.350
<b>Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(32.325)</b>	<b>26.758</b>	<b>(32.096)</b>	<b>27.925</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa:</b>				
No Início do Exercício	46.086	19.328	49.091	21.166
No Fim do Exercício	13.761	46.086	16.995	49.091

11. Outras receitas (despesas) operacionais

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Reversão (provisão) para contingências		147	–	147	–
Atualização (desvalorização) de contas a receber na venda de investimentos (*)		(2.783)	(5.792)	(2.783)	(5.792)
Outras receitas (despesas)		(8)	68	(10)	69
		<b>(2.644)</b>	<b>(5.724)</b>	<b>(2.646)</b>	<b>(5.723)</b>

12. Resultado financeiro

Controladora	Consolidado	2023	2022	2023	2022
Variação cambial (*)		9.994	9.003	9.994	9.003
Juros pagos ou incorridos		(2.296)	(2.693)	(2.296)	(2.693)
Rendimento de aplicações financeiras		4.028	4.585	4.373	4.748
Atualização de títulos e val. mobiliários		(4.736)	(44.166)	(4.736)	(44.166)
Outras		(533)	5.780	607	5.939
		<b>7.523</b>	<b>27.491</b>	<b>7.942</b>	<b>27.169</b>

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior

Contador CRC 1SP 217.934/O-2

## Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2024**

**1) Data, Hora e Local:** Aos 23 de Abril de 2024, às 10h00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luis, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo. **2) Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3) Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **4) Ordem do Dia:** (i) Lavar a ata em forma de sumário; (ii) Deliberar, sujeito à autorização do Banco Central do Brasil, sobre o aumento de capital da Companhia, atualmente de R\$ 529.755.831,86 (quinhentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), para R\$ 729.755.831,86 (setecentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) Uma vez aprovado o aumento do capital social mencionado acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5) Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aprovou o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 529.755.831,86 (quinhentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), um aumento, portanto, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 182.240.423.065 (cento e oitenta e dois bilhões, duzentos e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e três mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos termos do Estatuto Social, o que foi feito conforme o Boletim de Subscrição devidamente assinado pela acionista e que constitui o **Anexo II** à presente ata; A Companhia foi autorizada a proceder ao depósito dos valores recebidos dos subscritores em moeda nacional em uma conta especial utilizada com o objetivo de adquirir títulos na forma estabelecida pelos regulamentos do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conexão com o pagamento do aumento do capital social; Diante do exposto acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigor consoante a redação abaixo: **“Artigo 5º – O capital social é de R\$ 729.755.831,86 (setecentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 664.955.057.663 (Seiscentos e sessenta e quatro bilhões, novecentos e cinquenta e cinco milhões, cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.”** (iii) Em razão da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza, nos termos transcritos no **Anexo I** da presente Ata. **6) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. **7) Assinaturas:** Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. Acionista: Stellantis Financial Services S.A., representado por seu procurador Jean Pierre Avril. São Paulo, 23 de abril de 2024. Ass.: **Acionista: Stellantis Financial Services S.A.** (p.p. Jean Pierre Avril). **Mesa: Dominique Edmond Pierre Signora** – Presidente da Mesa; **Carolina Mazmanian Bonfim** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 256.180/24-6 em 28/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

## Frente Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ/MF nº 71.677.850/0001-77 – NIRE 35.300.612.469

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.04.2024**

**Data:** 24 de abril de 2024, às 10:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, CEP 04571-900, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º, artigo 124 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), em virtude da presença de 100% (cem por cento) dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes da presente ata. **Mesa:** Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori. Secretário: Ricardo Baraçal Panariello. **Ordem do Dia:** 1. Deliberar sobre a eleição do membro da Diretoria com a fixação de seu mandato; e 2. Consolidar o quadro de diretores da Companhia junto ao Banco Central do Brasil (“BCB”). **Considerações Preliminares:** Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura desta ata na forma de sumário, conforme facultado pelo §



REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S/A									
CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80									
Relatório da Administração									
Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeto-mos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022. A Diretoria									
Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
<b>Circulante</b>	<b>14.724</b>	<b>7.354</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.517</b>	<b>4.801</b>	Receitas operacionais líquidas	26.432	16.991	
Caixa e equivalentes de caixa	11.195	2.561	Fornecedores	299	2.919	Custo com locação	(12.551)	(4.003)	
Contas a receber de clientes	3.255	3.848	Tributos a recolher	990	672	<b>Lucro bruto</b>	<b>13.881</b>	<b>12.988</b>	
Impostos à recuperar	274	250	Outras obrigações	338	235	<b>Despesas e receitas operacionais</b>			
Demais ativos circulantes	-	695	Parcelamento de impostos	417	416	Despesas gerais e administrativas	(3.408)	(3.557)	
			Impostos e contribuições diferidos	473	559	Despesas tributárias	(2.777)	(2.664)	
<b>Não Circulante</b>	<b>304.183</b>	<b>308.724</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>4.676</b>	<b>2.709</b>	Outras receitas (despesas) operacionais	(1.792)	834	
Contas a receber de clientes	10.567	8.154	Parcelamento de impostos	1.108	1.524	<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>5.904</b>	<b>7.601</b>	
Depósitos judiciais	5.406	274	Impostos e contribuições diferidos	1.535	1.185	<b>Resultado financeiro</b>			
Demais ativos não circulantes	9	10	Provisão para riscos fiscais	2.033	-	Receitas financeiras	775	132	
Propriedade para investimento	288.201	300.286	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>311.714</b>	<b>308.568</b>	Despesas financeiras	(227)	(125)	
			Capital social	103.543	136.428	<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.452</b>	<b>7.608</b>	
			Reserva de capital	201.167	201.167	Imposto de renda e contribuição social	(3.306)	(1.428)	
			Adiantamento para futuro aumento de capital	3.858	3.858	<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.146</b>	<b>6.180</b>	
			Reservas de lucros	3.146	-				
			Prejuízos acumulados	-	(32.885)				
<b>Total do Ativo</b>	<b>318.907</b>	<b>316.078</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>318.907</b>	<b>316.078</b>				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)									

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Diana Bioenergia Avanhanda S.A.									
CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/03/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS						
Ativo	2024	2023	2024	2023					
<b>Circulante</b>								<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa	132.507	131.924	424.505	386.465	Despesas financeiras			(88.500)	(84.336)
Contas a receber de clientes	1.246	211	22.765	22.008	Variação cambial líquida			4.090	1.103
Conta corrente - Cooperativa	1.050	-	(350.221)	(307.710)	<b>Despesas financeiras e variação cambial líquidas</b>			<b>(47.910)</b>	<b>(45.472)</b>
Estoques	76.695	49.523	<b>97.049</b>	<b>100.763</b>	Resultado de equivalência patrimonial			2.086	-
Ativos biológicos	94.378	79.371	(28.419)	(33.190)	<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>			<b>9.207</b>	<b>29.338</b>
Adiantamentos a fornecedores	21.114	18.273	(20.460)	(17.039)	CSLL			(2.795)	(1.016)
Impostos a recuperar	4.680	15.124	6.861	24.276	IRPJ e CSLL diferidos			2.216	(7.451)
Ativo fiscal corrente	-	563			<b>Resultado do exercício</b>			<b>8.628</b>	<b>20.871</b>
Instrumentos financeiros derivativos	15.464	8.282	<b>55.031</b>	<b>74.810</b>					
Outros ativos	2.384	5.559	36.500	37.761					
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>349.518</b>	<b>308.830</b>			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
<b>Não circulante</b>					Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva (Prejuízos) de lucros	Lucros acumulados
<b>Realizável a longo prazo</b>					<b>59.987</b>	<b>113</b>	<b>43.198</b>	-	<b>(18.566)</b>
Depósitos judiciais e outros	895	1.539							<b>84.732</b>
Impostos a recuperar	2.053	1.334			Realização de ajuste de avaliação patrimonial		(1.088)	-	1.088
Instrumentos financeiros derivativos	1.241	7.339			Resultado do exercício		-	-	20.871
Aplicações financeiras	-	452			Constituição de reserva legal		-	-	(170)
Outros ativos	1.034	-			Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(806)
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>5.223</b>	<b>10.664</b>			Reserva de lucros		-	2.418	(2.418)
Investimentos	15.229	-			<b>Saldos em 31/03/2023</b>	<b>59.987</b>	<b>283</b>	<b>42.110</b>	<b>2.418</b>
Imobilizado	315.759	258.937			Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	1.230
Direito de uso	90.946	85.247			Resultado do exercício		-	-	8.628
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>427.157</b>	<b>354.848</b>			Ajustes de avaliação patrimonial - Coligada		150	-	150
<b>Total do ativo</b>	<b>776.675</b>	<b>663.678</b>			Constituição de reserva legal		-	-	(493)
<b>Passivo</b>					Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(2.341)
<b>Circulante</b>					Reserva de lucros		-	7.024	(7.024)
Fornecedores	53.144	37.465			<b>Saldos em 31/03/2024</b>	<b>59.987</b>	<b>776</b>	<b>41.030</b>	<b>9.442</b>
Passivo de arrendamento	16.172	14.191							
Empréstimos e financiamentos	89.876	94.470			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Debêntures a pagar	293	18.818			2024	2023		2024	2023
Dividendos mínimos obrigatórios	2.341	806			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			Fornecedores	15.679
Impostos e contribuições a recolher	11.170	7.102			<b>Resultado do exercício</b>	8.628	20.871	Impostos e contribuições a recolher e outros	(1.589)
IRPJ e CSLL a recolher	6	8			<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			Salários e férias a pagar	3.050
Salários e férias a pagar	10.388	8.404			Depreciação:			Adiantamentos de clientes	1.990
Adiantamentos de clientes	43.096	13.369			Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	10.037	8.942	Mútuos partes relacionadas	(5.273)
Mútuos com partes relacionadas	-	4.259			Depreciação de Plantas Portadoras	21.248	21.489	Juros pagos sobre passivo de arrendamento	1.663
Instrumentos financeiros derivativos	1.217	8.218			Consumo Ativo Biológico	65.597	71.624	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(7.395)
Outras contas a pagar	3.599	-			Amortização de direito de uso	35.694	31.713	Juros pagos sobre debêntures	(35.958)
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>231.302</b>	<b>207.110</b>			Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	17.737	17.617	<b>Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais</b>	<b>100.157</b>
<b>Não circulante</b>					Provisão para perdas de crédito esperadas	-	50	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>126.331</b>
Adiantamentos de clientes	-	35.000			Resultado na alienação de imobilizado	7.766	692	Ativo biológico - tratos culturais	(57.840)
Passivo de arrendamento	80.173	72.972			Mudança no valor justo do ativo biológico	(22.765)	(22.008)	Aquisição de investimentos	(1.624)
Empréstimos e financiamentos	269.548	185.477			IRPJ e CSLL diferidos	(2.216)	7.451	Aquisição do imobilizado	(95.872)
Debêntures a pagar	50.000	37.500			Instrumentos financeiros derivativos	(5.415)	(23.287)	<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(155.336)</b>
Impostos e contribuições a recolher	6.603	7.621			Juros e variações cambiais	45.902	44.194	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>(105.517)</b>
Tributos diferidos	7.201	9.417			Juros sobre passivo de arrendamento	12.461	10.132	Pagamento de passivo de arrendamento	(14.582)
Instrumentos financeiros derivativos	4.590	1.920			Baixa direito de uso e passivo de arrendamento	67	325	Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	(806)
Provisão para contingências	1.980	1.863			Reversão de provisão para contingências	117	314	Empréstimos e financiamentos tomados	225.701
Mútuos com partes relacionadas	5.922	-			Resultado de equivalência patrimonial	(2.086)	-	Debêntures tomados	50.000
Outras contas a pagar	8.121	-			Juros provisionados	351	-	Empréstimos e financiamentos pagos	(148.301)
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>434.138</b>	<b>351.770</b>			<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			Debêntures pagos	(56.250)
<b>Patrimônio líquido</b>					Contas a receber de clientes	(1.035)	(190)	<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>583</b>
Capital social	59.987	59.987			Contas correntes - Cooperativa	(1.050)	-	<b>Aumento líquido em caixa e equiv. de caixa</b>	<b>583</b>
Reserva legal	776	283			Estoques	(62.866)	(42.434)	<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>583</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	41.030	42.110			Adiantamentos a fornecedores	(2.841)	(937)		
Reserva de lucros	9.442	2.418			Impostos a recuperar	10.288	(12.280)		
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>111.235</b>	<b>104.798</b>			Aplicações financeiras	452	2.909		
<b>Total do passivo</b>	<b>665.440</b>	<b>558.880</b>			Outros créditos	2.141	2.891		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>776.675</b>	<b>663.678</b>			Depósitos judiciais e outros	644	(534)		
					<b>Aumento (redução) nos passivos</b>				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			2024	2023	A DIRETORIA				
Resultado do exercício	8.628	20.871			Enio Aparecido Oliveira do Nascimento – Contador – CRC nº 1SP 320.440/O-7				
Outros resultados abrangentes	-	-							
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligada	150	-							
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>8.778</b>	<b>20.871</b>							

# Data Mercantil

## A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833  
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do  
**Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera  
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:  
[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Trovatore Participações S.A.

CNPJ/MF em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data, horário e local: 17 de junho de 2022, às 10:00 horas, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, 206, 21º andar, unidade 42D, CEP 01037-010. Presença: presente a totalidade dos subscritores do capital social da Trovatore Participações S.A., com direito a voto, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: O Sr. José Aparecido Duarte atuará como Presidente da Mesa e o Sr. Roner Felipe do Rosário como Secretário. **Ordem do dia:** deliberar a respeito da constituição de uma sociedade anônima de capital fechado sob a denominação de Trovatore Participações S.A. e aprovação do estatuto social da companhia. **Deliberações:** (i) aprovação unânime pelos subscritores, sem reserva ou ressalva, da constituição da Trovatore Participações S.A., regida pelo estatuto social que passa a integrar a presente Ata como Anexo I e com capital social de R\$ 100,00, totalmente subscrito e integralizado conforme Boletim de Subscrição que passa a integrar a presente Ata como Anexo II; (ii) após a aprovação do estatuto social da companhia, procedeu-se a subscrição e integralização do capital social, conforme Boletim de Subscrição que integra esta Ata; (iii) foram então eleitas para administrar a sociedade a Sra. Mariana Felipe do Rosário, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.678.376-8 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 370.214.268-10, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José de Andrade Figueira, nº 170, ap. 42, CEP 05709-010, para ocupar o cargo de Diretor Presidente, eleita pela totalidade dos votos conferidos às ações ordinárias. A Diretora ora empossada declara para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A remuneração da Diretoria será definida oportunamente. **Leitura e lavatura da ata:** oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como se ninguém se manifestasse, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual foi lida e achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. A presente Ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 17 de junho de 2022. Ass.: José Aparecido Duarte – Presidente da Mesa; Roner Felipe do Rosário – Secretário da Mesa. Diretora: Mariana Felipe do Rosário. Visto: Constantino Brolo Filho – OAB/SP 119.478. **Estatuto Social – Capítulo I – Da Denominação, Sede e Duração:** Artigo 1º – A sociedade tem a denominação social de Trovatore Participações S.A. e é regida pelo presente Estatuto Social e legislação aplicável. Artigo 2º – A sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Ramos de Azevedo, 206, 21º andar, unidade 42D, CEP 01037-010, podendo abrir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território brasileiro ou do exterior, mediante resolução dos acionistas representando a maioria do capital social. Artigo 3º – O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Objeto Social:** Artigo 4º – A sociedade tem por objeto social a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista. **Capítulo III – Do Capital e Ações:** Artigo 5º – O capital social é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Artigo 6º – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais:** Artigo 7º – As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. Artigo 8º – A convocação de qualquer assembleia geral, quer ordinária, quer extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, observados os demais preceitos previstos no artigo 124 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações ("Lei 6.404/76"). Parágrafo primeiro – Independentemente do disposto no "caput" deste artigo, será considerada instalada a assembleia geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. Parágrafo segundo – Qualquer acionista poderá ser representado por procurador, na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei 6.404, sendo então considerado presente à reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita, devendo a via original do voto proferido ser arquivada na sede da sociedade. Artigo 9º – As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações com direito a voto, correspondendo cada ação ordinária a um voto. **Capítulo V – Da Administração da Sociedade:** Artigo 10º – A sociedade será administrada por um Diretor Presidente eleito pela assembleia geral para ocupar seus cargo pelo período de 03 (três) anos. Parágrafo primeiro – A qualquer tempo e sem motivo justificado poderão os acionistas promover a substituição dos Diretores, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providências cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a eleger o substituto do Diretor que tiver sido afastado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que houver sido comunicado o evento. Parágrafo segundo – A remuneração do Diretor será fixada por assembleia geral e levada a conta de despesas gerais. Artigo 11º – Caberá ao Diretor, isoladamente, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da sociedade, para tanto dispondo, dentre outros poderes, dos necessários para a representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; assinar cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras e quaisquer outros títulos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade; procurações outorgadas pela sociedade – mencionando sempre expressamente os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado. **Capítulo VI – Conselho Fiscal:** Artigo 12º – O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. **Capítulo VII – Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados:** Artigo 13º – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da sociedade, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei, submetendo-os à deliberação da assembleia geral, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. Parágrafo primeiro – Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, e 25% (vinte e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. Parágrafo segundo – Poderá a assembleia geral, por proposta, destinar parte do lucro líquido para formação de outras reservas previstas em Lei. Parágrafo terceiro – A sociedade poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A sociedade poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei 6.404. Parágrafo quarto – A diretoria poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Parágrafo quinto – Os dividendos serão pagos no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela assembleia geral. **Capítulo VIII – Da Dissolução, Extinção, Liquidação e Continuidade da Sociedade:** Artigo 14º – A sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da assembleia geral. Artigo 15º – Em caso de liquidação ou dissolução da sociedade, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. **Capítulo IX – Legislação Aplicável e Foro:** Artigo 16º – Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. Artigo 17º – Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei 6.404, com todas as suas alterações posteriores. Visto: Constantino Brolo Filho – Advogado – OAB/SP nº 119.478. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.597.621 em 29/07/2022. Gisela Sirmiema Ceschin – Secretária Geral.

Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 17.863.504/0001-38 - NIRE 35.300.457.161

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas - Edital de Convocação

O conselho de administração da **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), em referência ao acordo de acionistas celebrado em 26/12/2016 pelos acionistas da Companhia ("Acordo de Acionistas"), comunicou, em 17 de junho 2024, os acionistas em relação aos aportes inadimplidos nos termos da Cláusula 10.4. e seguintes do Acordo de Acionistas ("Aportes"), concedendo, aos acionistas inadimplentes, a oportunidade de purgação da mora e adimplemento e, aos acionistas adimplentes, a oportunidade de manifestar interesse em efetuar o Aporte devido pelos acionistas inadimplentes, sub-rogando-se no crédito em face dos acionistas inadimplentes e demais consequências jurídicas estabelecidas no Acordo de Acionistas, até o dia 27/06/2024. Após decurso do prazo concedido aos acionistas e avaliação das respectivas manifestações, foram identificados como acionistas que permaneceram inadimplentes em relação aos Aportes: FL Dourado Institucional Fundo de Investimento Multimercado, OABPREV-RJ Fundo de Investimento Multimercado, TAG GR IV – Fundo de Investimento Imobiliário e Participações Ltda., Iduna Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia e Viracondo Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado. Sendo assim, os seguintes acionistas realizaram os Aportes, sendo eles: HSI IV Real Estate Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia, Mario Caterina, CCX Empreendimentos Ltda., CNH Participações e Empreendimentos Ltda., Antonio Carlos Jorge e Jorge Imóveis e Participações Ltda. Conforme regras previstas no Acordo de Acionistas, os acionistas foram classificados em 2 (dois) grupos distintos: • Grupo 1: acionistas adimplentes que manifestaram interesse em efetuar os Aportes devidos pelos acionistas inadimplentes, com consequente aquisição das ações de titularidade destes proporcionalmente ao Aporte adicional a ser efetuado até 22/07/2024 (inclusive), nos termos do Acordo de Acionistas. • Grupo 2: acionistas inadimplentes que se limitaram purgar a mora, adimplir a obrigação de efetuar o respectivo Aporte sem, contudo, efetuar Aporte adicional referente aos Aportes pendentes dos acionistas inadimplentes. Segue detalhamento específico na tabela abaixo: **Grupo 1:** HSI IV Real Estate Fundo de Investimentos em Participações; **Valores a serem Aportados:** R\$ 299.785,17. **Grupo 1:** Mario Caterina; **Valores a serem Aportados:** R\$ 1.115,89. **Grupo 1:** CCX Empreendimentos Ltda; **Valores a serem Aportados:** R\$ 3.458,19. **Grupo 1:** CNH Participações e Empreendimentos Ltda; **Valores a serem Aportados:** R\$ 3.458,00. **Grupo 2:** Antonio Carlos Jorge; **Valores Aportados:** R\$ 770,90. **Grupo 2:** Jorge Imóveis e Participações Ltda.; **Valores Aportados:** R\$ 199,60. Portanto, ficam convocados os acionistas da Companhia para se reunirem no dia 26/07/2024, às 14h, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do artigo 124, §2º, da Lei 6.404, de 16/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral"), para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberar pelo aumento de capital a ser realizado em conformidade aos valores previstos na tabela acima, os quais foram calculados em conformidade com a Cláusula 10.5. do Acordo de Acionistas; e **(b)** se aprovado o item (a) acima da ordem do dia, deliberar pela outorga de mandato pelos acionistas aos diretores da Companhia para que os diretores possam representar os acionistas na formalização dos contratos de compra e venda de ações e do registro da aquisição de novas e transferência de ações de acionistas inadimplentes a acionistas adimplentes do Grupo 1 da tabela acima no respectivo societário em decorrência do aumento de capital e respectivas diluições conforme previsto no Acordo de Acionistas caso os acionistas não assinem os referidos instrumentos e livros societários no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da Assembleia Geral. A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente eletrônica e transmitida ao vivo na modalidade digital, por meio da plataforma de comunicação Teams. Para participar da reunião, o acionista deverá observar o procedimento indicado abaixo. O acionista poderá ser representado por outro acionista ou por advogado, mediante outorga de procuração com poderes específicos para votar as matérias constantes da ordem do dia, devendo uma cópia da procuração e de documento de identidade do procurador ser apresentada fisicamente ou enviada ao e-mail [juridico.consultivo@hsinvest.com](mailto:juridico.consultivo@hsinvest.com), com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral. • **Procedimento para a Participação e Votação à Distância:** **a.** Link de acesso à transmissão da Assembleia Geral: **b.** (Necessário copiar e colar o endereço eletrônico acima no navegador para acessar a plataforma *Teams*). **c.** A participação e a votação do acionista ocorrerão de forma remota, por vídeo, áudio ou mensagens na ferramenta "Chat" disponível na plataforma *Teams*. **d.** Recomendamos que o acionista acesse a plataforma *Teams* antes do horário de início da Assembleia Geral para eventuais ajustes em sua conexão. **e.** Caberá ao acionista providenciar sua estrutura adequada de Internet e equipamentos que suportem transmissão de vídeo e áudio. **f.** A Assembleia Geral será gravada para os devidos fins legais. • **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com o artigo, parágrafo único, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020 ("IN DREI 79/20"), segue anexo ao presente edital o modelo de boletim de voto à distância ("BVD") na forma do documento anexo I ("Anexo I") a fim de viabilizar o voto à distância dos acionistas como determina o artigo 9º da IN DREI 79/20. Caso o acionista opte por essa alternativa, deverá encaminhar o BVD preenchido com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral aos seguintes endereços: **em caso de envio de BVD físico:** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 7º andar, Itaim Bibi São Paulo/SP, CEP 04538-905. **em caso de envio de BVD eletrônico:** e-mail: [juridico.consultivo@hsinvest.com](mailto:juridico.consultivo@hsinvest.com). Caso não seja atingido o quórum necessário para instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, os acionistas, desde já, ficam convocados para comparecimento em segunda convocação a ser realizada no dia 26/07/2024, às 14:30h, de forma exclusivamente eletrônica, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo/SP, 04/07/2024. **Wish Bossa Nova Empreendimentos S.A.**, Rodrigo Reali Abdelnur, Membro do Conselho de Administração. (05, 06 e 09/07/2024)

Novo Bairro S.A.

CNPJ/ME nº 54.727.204/0001-58 NIRE 35.300.635.922

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

**Ricardo Maziero de Oliveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.937.161 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 052.947.348-85, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, 2º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, na qualidade membro do Conselho de Administração da **Novo Bairro S.A.** ("Companhia"), com fundamento no Capítulo III, da Cláusula Sexta do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 124, parágrafo 1º, inciso I da Lei das S.A.s, **convoca os Srs. Acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 2, 2º andar, sala 94, Cidade Jardim, CEP 05676-120, no dia 11 de Julho de 2024, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:** (i) Orçamento de 2024; (ii) Elaboração de Plano de Negócios; e (iii) Definições de Estratégia do negócio. São Paulo/SP, 02 de Julho de 2024. **Ricardo Maziero de Oliveira**, Novo Bairro S.A. (03, 04 e 05/07/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/07/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

[www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

